

A QUESTÃO AFRO-BRASILEIRA SOB A PERSPECTIVA DA GESTÃO ESCOLAR EM NÍVEL BÁSICO NA CIDADE DE CUIABÁ, MT

Leonelson Dias Silva¹
Germana Ponce de Leon Ramírez²

Resumo: Diante da discriminação étnica e cultural pautada em políticas pedagógicas sob uma perspectiva etnocêntrica, é preciso mais conscientização e envolvimento no tocante ao combate à discriminação aos afro-brasileiros(as) nos espaços escolares. Nesse processo, a gestão escolar é imprescindível. Esta pesquisa, que é de abordagem qualitativa e de caráter exploratório, objetiva analisar as ações educativas sobre a questão afro-brasileira na perspectiva da gestão de uma instituição de ensino no município de Cuiabá, MT. Aplicou-se entrevista semiestruturada a quatro gestores e, com isso, identificou-se que: os gestores desconhecem as leis que tratam sobre as questões étnico-raciais; a discriminação, no âmbito escolar, não é reconhecida; essa temática é abordada apenas em datas específicas. Percebe-se a necessidade de a gestão escolar ser mais atenta às ações discriminatórias existentes de diferentes formas no espaço escolar.

Palavras-chave: Gestão escolar; Lei 10.639/2003; Diversidade étnica.

AFRO-BRAZILIAN ISSUE UNDER THE PERSPECTIVE OF BASIC SCHOOL MANAGEMENT IN CUIABÁ CITY, MT

Abstract: Given the ethnic and cultural discrimination based on pedagogical policies from an ethnocentric perspective, more awareness and involvement is needed regarding the fight against discrimination against Afro-Brazilians in school spaces. In this process school management is essential. This research, which has a qualitative and exploratory approach, aims to analyze the educational actions on the Afro-Brazilian question from the perspective of the management of an educational institution in the city of Cuiabá, MT. A semi-structured interview was applied to four managers, and it was identified that: managers are unaware of the laws that deal with ethnic-racial issues; Discrimination in schools is not recognized; This theme is only addressed on specific dates. There is a need for school management to be more attentive to discriminatory actions that exist in different ways in the school environment.

Keywords: School management; Law 10.639/2003; Ethnic diversity.

ASUNTO AFRO-BRASILEÑO BAJO LA PERSPECTIVA DE LA GESTIÓN BÁSICA DE ESCUELAS EN LA CIUDAD DE CUIABÁ, MT

Resumen: En medio a la discriminación étnica y cultural registrada en políticas pedagógicas basadas en una perspectiva etnocéntrica, se es necesario, más concientización y participación a favor de la lucha contra la discriminación de los afrobrasileños(as) en los espacios escolares. En este proceso, la gestión escolar es esencial. Esta investigación es de enfoque cualitativo y exploratorio. Su objetivo es analizar las acciones educativas sobre la cuestión afrobrasileña desde la perspectiva de la gestión de una institución educativa en Cuiabá, MT. Se aplicó una entrevista semiestruturada a cuatro gestores, y se identificó que: los gestores desconocen las leyes que

¹ Graduado em Administração pela Faculdade Adventista Paranaense. Mestrado Profissional em Educação pelo UNASP, campus Engenheiro Coelho.

² Doutora em geografia humana pela UFSC. Professora do Mestrado Profissional em Educação do UNASP, campus Engenheiro Coelho.

tratan temas étnico-raciales; la discriminación en el ámbito escolar no es reconocida. Este tema solo es tratado en fechas específicas. Se percibe considerable necesidad para que la gestión escolar esté más atenta a las acciones discriminatorias existentes en el espacio escolar.

Palabras-clave: Gestión escolar; Ley 10.639 / 2003; Diversidad étnica.

1. Introdução

Considerando a importância da Lei 10.639 de 2003, a qual estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, a fim de incluir, no currículo oficial da rede de ensino, a obrigatoriedade da temática Histórica e Cultura Afro-brasileira, se compreende a necessidade de se praticar essa lei no interior das instituições de ensino. Diante desse contexto, com o tamanho do contingente populacional de africanos, no território brasileiro, nota-se o tamanho do legado que as culturas africanas deixaram para a formação da cultura brasileira e, principalmente, a ênfase ao valor da sua força no trabalho como sendo precursora para o desenvolvimento do país. (DEZIDÉRIO, 2015).

Considerando as variadas interferências que projetaram o processo democrático étnico-racial e suas intervenções socioeducativas, Munanga (2005) explica que o processo de escolarização, o sistema de formação dos educadores são os elementos que dificultam o lidar com a diversidade étnico-racial e as possíveis ocorrências que venham a surgir no dia a dia do profissional. A situação em questão é o reflexo do preparo do cidadão, tendo em vista um mito de uma democracia racial, influenciando, profundamente, no objetivo principal que é a formação de futuros cidadãos. Isso é o reflexo de uma sociedade construída com base no pressuposto de uma educação etnocêntrica.

Observando a importância das ações escolares para o fortalecimento da cultura Afro-Brasileira na vida do cidadão, Ferreira (2006) salienta que, dentro da sala de aula, é necessário que seja dada ao aluno a condição de expor seu pensamento e que esse seja direcionado a uma reflexão que esteja sensibilizada por um pensamento que vise à liberdade para todos e sem preconceitos. No contexto da igualdade e diversidade racial, é defendida a implementação legislativa, objetivando o fortalecimento do tema da inclusão social nas instituições de ensino, proporcionando um pensamento crítico, social e democrático.

Diante da percepção da necessidade de mudança no âmbito escolar acerca das

questões pertinentes à diversidade étnico-raciais, este estudo tem a preocupação de analisar as ações educativas sobre a questão afro-brasileira na perspectiva da gestão de uma instituição de ensino básico privado no município de Cuiabá, MT. Dessa feita, este trabalho se desdobra em três partes. A primeira mostra o transcurso metodológico da pesquisa, depois tem-se uma abordagem sobre a interlocução entre a educação e as questões étnico-raciais. *A posteriori*, está a análise dos dados primários coletados junto a uma instituição de ensino básico no município de Cuiabá, estado do Mato Grosso. Por fim, as considerações finais.

2. Percorso Metodológico da Pesquisa

Esta pesquisa se inscreve como sendo qualitativa se detendo com o universo de significados, de motivos, de aspirações, de crenças, de valores e de atitudes, correspondendo a um espaço mais aprofundado das relações e dos processos; os fenômenos não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 2003).

Dessa maneira, com o intuito de compreender a(s) perspectiva(s) da gestão de uma instituição de ensino básico particular na cidade de Cuiabá-MT, referente à obrigatoriedade em efetivar a Lei 10.639/2003, fez-se análise do Projeto Político Pedagógico (PPP) da instituição e aplicou-se entrevista semiestruturada a quatro gestores da mesma, os quais ocupam as seguintes funções, que, visando o sigilo de seus nomes, serão indicados por letras, como mostra o exemplo a seguir: vice-diretoria (VD), coordenação pedagógica (CP), orientação educacional (OE) e secretaria (SE).

É interessante ressaltar que o projeto desta pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética, por meio da Plataforma Brasil, que, ao aprovar, forneceu o parecer de número 2.674.163. Desse modo, os cuidados éticos foram tomados visando preservar a identidade tanto da instituição quanto dos entrevistados, os quais terão, aqui, seus nomes mantidos em sigilo e substituídos por letras que identificam suas funções na referida instituição de ensino.

Para a análise dos dados primários, fez-se Análise de Conteúdo sob a perspectiva de Bardin (2016). Inicialmente, fez-se leitura flutuante do corpus das entrevistas e, depois, da análise individual delas, estabeleceu-se uma organização dos dados em duas

temáticas intituladas de ‘A discriminação no cotidiano escolar’ e ‘A valorização do ser negro’. É considerável lembrar que a unidade do tipo *tema* é fruto de uma unidade de registro, identificada após a sistematização dos dados.

3. As questões étnico-raciais na educação brasileira

Pensando no crescimento integral do indivíduo, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) recomenda que os fins pedagógicos sejam instruídos para o desenvolvimento de competências, oferecendo referências para o fortalecimento de ações que assegurem as aprendizagens essenciais, entrelaçando suas habilidades, atitudes, valores e conhecimentos. Pois a escola deve ser um “[...] espaço de aprendizagem e de democracia inclusiva, deve se fortalecer na prática coercitiva de não discriminação, não preconceito e respeito às diferenças e diversidades” (BRASIL, 2018, p. 13).

É interessante investir no processo de conscientização sobre as questões referentes à diversidade étnica, porque esse processo tem um papel fundamental no contexto educacional, possibilitando uma educação mais democrática, inclusiva e com aporte para a diminuição da discriminação racial no espaço escolar. (GOMES, 2011).

A BNCC (BRASIL, 2018) ressalta a importância de as Secretarias de Educação, desenvolverem planos escolares, rotinas e eventos que integralizam o indivíduo com o fim de superar essas desigualdades, tendo foco na equidade, pressupondo o reconhecimento das diversas necessidades do aluno como sendo diferentes, considerando, de forma particular, cada necessidade. É fundamental que a escola tenha compromisso com a história de cada grupo, como os povos indígenas, comunidades de quilombolas e demais afrodescendentes, sendo, também, direcionado às pessoas que não podem estudar ou terminar seus estudos em idade própria, igualmente, tendo um compromisso com a inclusão pedagógica concernente aos alunos com deficiência etc.

É imprescindível que haja certa consolidação de uma estrutura educacional, por meio de atendimento educacional especializado, criando condições necessárias para o aluno poder avançar nas demais etapas do aprendizado. Entende-se a grande necessidade que o sistema educativo tem de se transformar, a fim de oferecer uma educação que seja adequada ao aluno sem que este sofra discriminação. Dessa maneira, tem-se o

sancionamento da Lei Federal 10.639/03, que fortalece as discussões referentes à desigualdade racial, dando, assim, suporte para que as instituições educacionais desenvolvam ações de fortalecimento para a equidade social e étnica (GOMES, 2011).

Nessa direção, Rocha (2013) defende a proposta de que a educação e suas práticas precisam ser construídas com os pressupostos vindos da própria sociedade e não da intercessão de mediadores que desenvolvem suas pautas em cima dos seus próprios conceitos de como deve ser a trajetória de um determinado assunto, por conseguinte, utilizam-se de prioridades para benefício de apenas um grupo em específico. Desse modo, aqui está o desafio para as políticas públicas e para a participação social, pois “Em uma perspectiva democrática e inclusiva, deve-se compreender que diversidade, justiça social e combate às desigualdades não são antagônicos”. (CONAE, 2014, p. 29).

É considerável destacar a necessidade de uma integração dos articuladores da educação nacional brasileira de forma que possa desenvolver um pensamento unificado acerca de uma educação para todos. Dessa maneira, é relevante trabalhar de modo coeso e articulado, visando à efetivação das políticas públicas de educação em todos os estados brasileiros, auxiliando no ensino dos conteúdos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira no currículo escolar da educação básica. Mas, também, fomentando a mudança nos projetos curriculares das licenciaturas universitárias, tanto públicas como privadas em todo o país, visto que o processo de formação dos docentes está nas universidades.

É evidenciado que, em muitas universidades, há certa carência no processo de ensino e aprendizagem no que concerne ao debate e à reflexão acerca das questões étnico-raciais. E, além do despreparo no ensino superior, tem-se o racismo institucional nesses espaços educacionais. Acerca disso, Danielle Araújo (2019, p.2193) diz que o “racismo institucional opera a partir de mecanismos rotineiros, assegurando a dominação e a inferiorização do negro sem explicitação ou publicização, pelo contrário o racismo institucional opera de modo velado.” E é nessa perspectiva que as instituições de ensino contribuem para a perpetuidade de um pensamento coletivo pautado no etnocentrismo racista.

O racismo institucional deve ser pauta de discussão em sala de aula porque é um racismo aberto e velado ao mesmo tempo e está intrínseco na sociedade e, por conseguinte, nos espaços educacionais formais e informais. Isso pode proporcionar

subsídio para aprofundar a discussão sobre a temática em questão na educação brasileira. Já que a escola, em certo sentido, ainda está despreparada e resistente para lidar com essas questões. Certamente, o racismo institucional é muito mais abrangente do que somente no espaço da escola, considerando que ele existe em outras instituições públicas como no setor da saúde, da segurança pública, entre outros. (RIBEIRO; COSTA, 2018).

Em qualquer nível educacional, no ensino superior ou básico, é preciso que a temática sobre as questões étnico-raciais e, portanto, Cidadania e Direitos Humanos, aconteçam de maneira efetiva. Faz-se necessário ter atitudes por parte dos gestores e professores em combate às ações discriminatórias. Como, também, mudanças no processo pedagógico, buscando desenvolver atividades mais assertivas no ensino a fim de possibilitar reflexão no âmbito da comunidade escolar concernente à importância das diferenças étnico-raciais, visando valorizar o ser negro(a), e no reconhecimento da identidade afro-brasileira, fortalecendo a autoimagem, a autoestima, como também, possibilitando a inovação do conhecimento diante do processo de aprendizagem (ALBUQUERQUE, 2015).

4. As práticas pedagógicas e a questão afro-brasileira na escola

Com base na análise do PPP da instituição de ensino básico em questão, é possível dizer que é proposto o cumprimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, que designam a inserção da história da África, afro-brasileira, e dos povos indígenas nas instituições de ensino em todos os níveis escolares. É dito, ainda, nesse documento, que o mesmo tem a pretensão de atender, de forma eficiente, às peculiaridades dos educandos e comunidade escolar, tendo cinco princípios norteadores, dos quais se citarão três: a) o respeito à dignidade e aos direitos das crianças consideradas nas suas diferenças individuais, sociais econômicas, culturais, étnicas, religiosas etc.; b) a socialização das crianças por meio de sua participação e inserção nas mais diversificadas práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma; c) o atendimento aos cuidados essenciais associados à sobrevivência e ao desenvolvimento de sua identidade.

É explicitada, no PPP, a necessidade de se construir um ensino inclusivo e, para isso, o documento deixa nítida a indispensabilidade de se terem práticas pedagógicas que

reconheçam e valorizem as diferenças, no intuito de atender às especificidades dos alunos. O PPP propõe, como possibilidade de execução no âmbito escolar, 12 tópicos, dos quais cinco chamam a atenção:

a) elaborar um plano de trabalho coletivo para organização de gincanas que tratem de matrizes étnicas; **b)** articular a temática aos demais programas e projetos já desenvolvidos pela unidade, tendo, como ponto de culminância, o dia 19 de Abril em relação ao dia do índio e 20 de novembro em relação ao Dia da Consciência Negra; **c)** por meio de rodas de conversa, realizar discussões envolvendo reações de preconceito e identidade e de bater os conflitos gerados quando eles ocorrerem; **d)** nos momentos de contação de histórias, levarem as crianças a se envolverem com textos e imagens que valorizam o respeito às diferenças; **e)** possibilitar o contato dos educandos com bonecos negros.

Diante da informação explícita no PPP, identifica-se que há certa preocupação acerca das questões pertinentes à diversidade étnico-racial e também sobre como as propostas serão concretizadas nas práticas pedagógicas na referida instituição. Após esse entendimento de que o documento que rege a instituição, o PPP buscou-se a gestão escolar para entender o que ela responde frente à necessidade de se tratar sobre as questões étnico-raciais no âmbito escolar. E foi, por meio de entrevista semiestruturada a quatro gestores, foi possível entender o engajamento ou não da gestão no enfrentamento das ações discriminatórias, abertas ou veladas, comuns nos espaços educacionais.

Com base na aplicação da entrevista a quatro gestores, fez-se a partir de Bardin (2016), a categorização por meio da unidade de registro do tipo Tema, conforme disposto a seguir:

4.1. A discriminação no cotidiano escolar

O crescimento do racismo, no ambiente escolar, pode estar envolvido com o tratamento discriminatório, tendo em vista que o contexto da diversidade étnico-racial é real e expressivo, principalmente, no espaço escolar. Diante do cenário cultural, no meio educacional, o preconceito por parte dos professores, diretores e toda a administração geral pode possibilitar um currículo formal discriminatório, levando para a proposta

pedagógica um perfil racista no ambiente da sala de aula, interferindo, diretamente, no desenvolvimento do intelecto do aluno (PEREIRA; ANDRÉ, 2014).

Diante disso identifica-se, por meio das palavras do **Respondente (OE)** que a gestão percebe a necessidade de se tomar os devidos cuidados para não ter, como comum em seu cotidiano escolar, práticas discriminatórias. Suas palavras revelam que

[...] há uma segregação, que há um preconceito, né? na questão dos preconceitos, nesse sentido nós temos trabalhado assim da seguinte forma: conversamos com os alunos e às vezes nem só com os alunos, às vezes acontece até mesmo com as famílias, a gente percebe as famílias, né? o pai fala assim: não fica junto com o seu amiguinho porque ele é assim dessa forma, ele é diferente não fique perto dele.

Todavia, os **Respondentes VD e SE**, respectivamente, dizem não perceber qualquer tipo de discriminação entre os alunos, professores. Dessa maneira, as suas palavras revelam que, na instituição de ensino básico em estudo, não há tratamento diferenciado, ao afirmarem que

[...]eu não vejo nenhuma dificuldade, porque primeiro eu acho que para Deus nós somos todos iguais. Eu de acordo com o que eu sempre venho falando no trabalho não tenho nenhuma diferenciação de cor ou de raça, a gente procura usar aqui dentro do colégio mesmo peso e a mesma medida para todos.

[..] hoje em dia está bem normal assim pra todo mundo, não tem mais tanto racismo, muito difícil. Inclusive você até vê nos telejornais aquelas repórteres bem morenas isso significa que elas estudaram muito para chegar lá, elas enfrentaram muita discriminação também, mas hoje em dia a gente vê que isso está acabando e aqui na escola a gente estuda muito isso também pra já ir educando a criança desde pequena pra não ter esse racismo mesmo e aqui a gente tem muitos alunos assim de pele mais escura, que no caso seria morena, mais negra, mas é normal hoje em dia tá bem normal, bem tranquilo.

Silva (2018) ressalta que é necessário rever o pensamento homogeneizador que, infelizmente, predomina na sociedade como um todo. É vital construir uma perspectiva que seja adequada às necessidades de uma sociedade cujas características são vistas na diversidade étnica e cultural. É fundamental que exista, nas escolas políticas pedagógicas, que estejam alinhadas com a expectativa da cultura brasileira, integrando e respeitando a

diversidade étnico-racial.

É relevante um professor consciente e, porque não dizer uma gestão, que possa enfrentar o modelo educacional atual, percebendo que, ainda, se prega apenas um ponto de vista, sob uma perspectiva educacional etnocêntrica, cuja história afro-brasileira e suas implicações são deixadas de lado ou restringidas a um passado de massacre e dor. É comum pensar que tudo está resolvido e não há diferenças.

Munanga (2005) deixa explícito que é um desafio na educação tratar sobre as questões étnico-raciais, porque busca-se apagar da memória, da história, a identidade dos afrodescendentes. Diante desse desafio, é necessário que se amplie a ideia de que não existem raças inferiores e superiores, com a perspectiva religiosa - perante Deus não há distinção. O preconceito precisa ser combatido sob um prisma formativo, considerando o que cada indivíduo afro-brasileiro e indígena pensa, sente, seus valores, suas crenças e seus estereótipos. Posto isso, permitir que as estratégias educativas se concentrem na formação do cidadão.

No processo de formação do cidadão, tem-se a ética como uma necessidade iminente que, segundo Shimizu, Cordeiro, Menin (2006, p. 167), “Devido à urgência de estabilização social, a ética e a educação para os valores passaram a representar um dos grandes eixos de preocupação e discussão nos mais diversos campos: político, científico, religioso, midiático e, especialmente, no campo educacional”.

Mesmo entendendo que a ética faz parte de um eixo importante no processo de formação do cidadão no espaço escolar, as questões que tratam sobre a diversidade étnica e cultural é uma abordagem cujas especificidades estão descritas nas leis 10.639/2003 e 11.645/2008. Entretanto, o **Respondente VD** coloca como sendo a mesma coisa, atender o código de ética e as referidas leis. E ainda deixa claro desconhecer as referidas leis, mesmo sendo gestor. Suas palavras ressaltam que

[...] nós temos o código de ética [que] norteia todas as ações da escola, eu acredito que essas diretrizes, essas normas, estão dentro dos direitos e dos deveres de cada aluno, de cada gestor, de cada funcionário e apesar de eu não ter conhecimento exato da lei [10.639/03] não tenho dúvidas de que a gente está trabalhando com o nosso código dentro dessas diretrizes sem nenhuma dúvida.

Espera-se maior preparo por parte da gestão de uma instituição de ensino. Percebe-se que, quando uma gestão pedagógica é pouco engajada em desenvolver ações de combate à discriminação, cujo preparo não se pauta nessa direção, a instituição de ensino se torna frágil e propensa a perpetuar o pensamento hegemônico do enaltecimento da branquitude. O mesmo gestor **Respondente (VD)** que diz desconhecer as leis 10.639/03 e 11.645/08 revela experienciar a discriminação no espaço escolar ao contar a seguinte situação:

[...] é comum nós recebermos aqui reclamações de apelidos de colegas que se julga superior. Branco né? e discriminar o colega porque tem a pele escura, o chamar de negro, inclusive até teve um caso aqui ano passado que o colega falou que o amigo dele deveria comprar uma passagem pra África, que aqui não era o lugar dele. Então são tipo de coisas que acontecem, mas da parte dos alunos ou por ignorância ou por bullying né? algum tipo de brincadeira então nisso há. E também já entra para uma outra questão, a questão do gordo né? temos muitos alunos que são apelidados de gordo, baleia, obeso, então está equilibrando. Com certeza esse menino que falou que o colega devia ir pra África devia pedir desculpas e se arrepender do que fez, e pedi pra que ele fizesse uma pesquisa com o tema discriminação e no outro dia ele me apresentasse a pesquisa a respeito da discriminação racial.

São essas vivências de xingamentos que os afro-brasileiros, em idade de desenvolvimento cognitivo e emocional, deparam-se no cotidiano escolar. Dessa maneira, a escola precisa estar preparada para o enfrentamento da discriminação racial, e a gestão é a base para que isso funcione de forma adequada. A criança vem despreparada para enfrentar a discriminação, e a escola precisa dar suporte para ensinar a valorizar e respeitar as diferenças étnico-raciais.

Nessa direção, a **Respondente CP** enfatiza que, na instituição de ensino em questão, há um empenho em trabalhar as questões étnico-raciais, entretanto se observa que isso acontece em momentos específicos, em datas determinadas no calendário escolar.

[...] no nosso planejamento vai ter é um dia especial que a gente vai estar falando debatendo, dia de consciência negra que a gente tá com esse projeto de estar debatendo estar falando os alunos mesmo expondo os trabalhos em sala de aula para a gente está colocando, não só

falando de cor mas conscientizando as diferenças na igualdade porque muitas vezes, por que a gente pensa assim, Ah porque é negro, não, não é a questão da cor, há por traz várias coisas, por isso que os negros, digamos assim, esses privilégios de ter alguma cota assim porque eles vieram de uma realidade diferente, apesar de a gente está aqui num país miscigenado né?, mais assim vai ter essa conscientização a gente está passando para os alunos não só nesse dia, esse é um projeto, mas durante o ano sempre que a gente tiver alguma coisa em questão, problemas raciais né? a gente sempre estamos abordando com a turma pra gente não constranger.

Outro ponto importante, na fala do **Respondente CP**, é sobre a possibilidade de a escola trabalhar sobre essas questões étnicas em momentos de necessidades específicas. Mas, acerca disso, Munanga (2005) assevera que é indispensável respeitar a obrigatoriedade das leis que tratam da história da África e da Cultura Afro-Brasileira em todo o currículo escolar para que seja possível uma superação do preconceito do negro brasileiro, dando ênfase à diversidade e a sua importância para a sociedade brasileira. Esse aluno precisa receber o cuidado e a atenção especial, como o protagonista do seu conhecimento.

Infelizmente, vê-se que, mesmo com alguns avanços relativos ao racismo, ainda se concentram grandes limitações quando se trata da convivência no espaço escolar; estas limitações existem desde ensino básico até o ensino médio e universitário. É revelador quando se percebe que o preconceito existe tanto por parte dos colegas quanto pelos professores (FRANÇA, 2017).

Quando se fala de ambiente escolar, a questão sociocultural é inerente a esse ambiente, portanto se faz necessário que as questões discriminatórias sejam substituídas por uma proposta pedagógica assertiva que possa abarcar todas as esferas da vida do indivíduo, buscando pelas reais necessidades do aluno. Valorizando como vivem, como pensam em relação aos aspectos da vida, e, nesse contexto, como se relacionam com as questões discriminatórias do cotidiano dentro ou fora da escola. Sendo parte dessa visão integral, conferir as demandas existentes no meio escolar com relação a essas necessidades, de maneira que possa promover um ambiente mais favorável para que as discriminações sejam minimizadas e até extintas do seu meio (CRUZ, 2014).

4.2. A valorização do ser negro

É oportuno considerar que a escola é o lugar em que o aluno passa maior parte do seu tempo, onde tem possibilidade de se relacionar e desenvolver-se como ser integral. Parte-se do princípio de que o espaço escolar deve ser motivado por metodologias que favoreçam a proposta da igualdade sociocultural. Todavia, muitas vezes, isso não acontece porque a escola não está preparada para lidar com as questões socioculturais nem com as diferenças étnico-raciais. Intrínseco a isso tem-se o papel da gestão como sendo fundamental no processo de preparação da escola para o enfrentamento de situações que apresentam discriminação como suporte para os outros atores sociais no âmbito escolar. Todavia, na instituição em questão, reparasse que há ausência dessa preparação, e isso se revela na seguinte fala do gestor, **Respondente VD**

Olha, infelizmente, eu não percebo nenhuma preocupação de ninguém nessa questão afro, menos aqui no ambiente que eu já trabalho há mais de trinta anos. Ah, o que eu percebo, assim, em algumas pessoas, é mais a questão financeira que tem um peso maior, mas a questão afro eu não vejo.

Muitas vezes, a compreensão das necessidades curriculares direcionadas para uma obtenção de um ambiente escolar que se respeite e valorize os aspectos socioculturais não são vistos nem percebidos. Jorge (2016) diz que é um desafio sistematizar o trabalho educacional quando se diz respeito às Diretrizes Curriculares Nacionais, com o foco nas Relações Étnico-Raciais, tornando possível o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana como base de ensino. Portanto, faz-se necessário efetivar propostas nessa direção, juntamente com familiares, alunos, professores, parceiros universitários e especialistas, visando ampliar o conhecimento, a fim de que todos se inteirem do tema, com o intuito de que seja possível uma sinergia maior entre todos os envolvidos nesse processo educacional.

França (2017) ressalta que, quando se desenvolve um gerenciamento das relações culturais de maneira coesa, valorizando os aspectos humanos na sua especificidade, articulando e interagindo esse grupo, isso pode trazer uma resposta muito positiva no crescimento e na aceitação cultural existente no meio educacional. Assim, por meio das

entrevistas aos gestores, identifica-se a necessidade de se pensar nas práticas pedagógicas em combate às ações discriminatórias; isso também é percebido pelos próprios gestores ao **Respondente (OE)**, ao declarar que “[...] eu penso que fazemos algo né, mas eu acho que poderíamos fazer mais, [...] a gente poderia trabalhar começando pelos professores, fazendo mais formação continuada dentro desse tema nesse contexto”.

Quando se observa o cenário escolar e suas intervenções curriculares, é possível notar a importância de um conjunto de profissionais que fortaleçam toda essa proposta, pois as necessidades dos alunos são muitas e trazem de casa um histórico cujas diversidades socioculturais exigem um cuidado especial. Por isso, cabe à escola se organizar e se preparar profissionalmente com uma política de aprendizagem efetiva, ou seja, ter, em seu projeto político pedagógico, um diálogo condizente com as práticas pedagógicas a fim de que se alcancem os objetivos gerais de uma educação abrangente diante da necessidade de atender à diversidade étnico-racial no espaço escolar. (SILVA; FERREIRA, 2014).

6 Considerações Finais

Tendo em vista que a educação brasileira é fruto de um processo educacional etnocêntrico, avista-se a iminência em proporcionar espaços para refletir e agir em combate às consequências dessa perspectiva discriminatória e cruel. Pois é, também, no processo de planejamento do educar, que o reflexo do pensamento da democracia racial está instalado. Percebe a reprodução de preconceitos no meio social e educacional. Com isso, é possível observar nos materiais didáticos, nos professores(ras), nas propostas curriculares, na gestão escolar e nos perfis preconceituosos que permitem a desvalorização da identidade nacional brasileira composta pela diversidade étnica e cultural.

Diante disso, esta pesquisa, que partiu para a investigação das práticas e planejamentos pedagógicos que são desenvolvidos por uma instituição de ensino privado no município de Cuiabá-MT, identificou que os gestores não possuem conhecimento acerca das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornam obrigatório o ensino da história da África e afro-brasileira e dos povos indígenas. Isso faz com que a importância que deveria a referida instituição dar, em seus planejamentos e práticas pedagógicas, aconteçam de

forma superficial ou não, aconteçam.

Foi, também, identificado, por meio da entrevista semiestruturada, que a gestão nem sempre reconhece a discriminação no âmbito escolar, desfavorecendo ainda mais uma tomada de atitude no que tange às práticas pedagógicas necessárias para que os alunos possam aprender a valorizar e respeitar a diversidade étnica e cultural. Pois é, no dia a dia, em um processo que a consciência de equidade racial vai se formando.

Ainda se identificou que não existe uma preocupação com as questões étnico-raciais, porque se pensa ser o suficiente abordar sobre essa temática no espaço escolar apenas nas datas estipuladas no calendário escolar, como o Dia do Índio e o Dia da Consciência Negra. Esse meio de lidar com a discriminação racial, inserida no inconsciente coletivo, traz à tona uma necessidade de se ter uma gestão mais preparada no sentido de estar atenta às ações discriminatórias existentes em diferentes formas no espaço escolar.

7 Referências

ALBUQUERQUE, Zuleika Andradas. Relações étnico-raciais negra: proposta de ação pedagógica em escola Municipal de Porto Alegre. *Scientia Tec: Revista de Educação, Ciência e Tecnologia do IFRS- Campus Porto Alegre, Porto Alegre*, Vol. 2 No.3: 71-92, junho/dezembro 2015.

ARAÚJO, Danielle Pereira de. “Inclusão com mérito” e facetas do racismo institucional nas universidades estaduais de São Paulo. *Ver. Direito Práx.*, Rio de Janeiro, Vol.10, No. 03: 2182-2213, Julho 2019.

BARDIN, Laurence. *Análise de Conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2016.

CONAE. 2014. Conferência Nacional de Educação: documento – referência / [elaborado pelo] Fórum Nacional de Educação. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva Adjunta, [2013].

CRUZ, Tânia Mara. Espaço Escolar e Discriminação: Significado de Gênero e Raça entre Crianças. *Educação em Revista*. Belo Horizonte. Vol.30, No.01: 157-188, março 2014.

DEZIDÉRIO, Gabriela da Silva. A construção de uma categoria arte afro-brasileira: um estudo da trajetória artística de mestre Didi. 2015. 92f. Dissertação (Mestrado em estudos contemporâneos das artes) – Universidade Fluminense, RJ, 2015.

FERREIRA, Aparecida de Jesus. Formação de Professores. *Raça/Etnia: Reflexão e sugestões de materiais de ensino de ensino em português e inglês*. Cascavel - PR: Coluna do Saber, 2006.

FRANÇA, Dalila Xavier. Discriminação de Crianças Negras na Escola. Revista Interacções, No. 45: 151-171, 2017.

GOMES, Nilma Lino. Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas. RBPAE – Vol.27, No. 1: 109-121, Janeiro/Abril 2011.

JORGE, Marcos. Ação Pedagógica de Prevenção às Práticas Racistas na Escola: A Percepção Sobre Racismo entre Estudantes do Sexto ano do Ensino Fundamental. Rev. Educação, Artes e Inclusão, Vol. 12, No. 3: 80-100, novembro 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. (Org.). Pesquisa social. Teoria, método e criatividade. 22^a ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Base Nacional Comum Curricular – BNCC 3^a versão. Brasília, DF, 2018. Disponível em http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf Acessado em 5 Jun. 2019.

MUNANGA, Kabengele (org). Superando o racismo na e escola. Brasília: MEC, 2005.

PEREIRA, Vanessa de Castro Bersot; ANDRÉ, Bianka Pires. **Discriminação Racial no Ambiente Escolar: Experiências com alunos do Ensino Médio no Município de Campos dos Goytacazes.** InterSciencePlace - Revista Científica Internacional. Vol. IX, No. 30, artigo No. 4: 60-87, Julho/Setembro 2014.

RIBEIRO, Flávia Gilene; COSTA, Candida Soares. O Racismo institucional e seus contornos na educação básica. Revista da ABPN. Vol. 10, No. 24: 392-408, novembro 2017/fevereiro 2018.

ROCHA, Francine. **A educação escolar no processo de subjetivação de universitários indígenas da UFPR.** 2013. 171f. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Paraná, Curitiba-PR, 2013.

SHIMIZU, Alessandra de Moraes; CORDEIRO, Ana Paula; MENIN, Maria Suzana De Stefano. Ética, preconceito e educação: características das publicações em periódicos nacionais de educação, filosofia e psicologia entre 1970 e 2003. Revista Brasileira de Educação Vol. 11, No. 31: 167-202, janeiro/abril 2006.

SILVA, Luis Gustavo Moreira; FERREIRA, Tarcísio José. **O papel da Escola e suas demandas sociais.** Periódico Científico Projeção e Docência. Vol.5, No.2: 06-23, Dezembro 2014.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Educação das Relações Étnico-Raciais nas instituições escolares. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, Vol.34, No.69: 123-150, Maio/Junho 2018.

Submissão em: 29-10-2019

Aceito em: 31-07-2020